

Delações premiadas revelam corrupção entre empresas e o governo argentino sob os Kirchner **A9**

Tabela do frete elevou custo de exportação de grãos em US\$ 2,4 bi **B12**

Crise na Argentina derruba exportação brasileira de veículos, diz Megale **B5**



Valor ECONÔMICO

Destaques

Emprego formal inicia inflexão

O mercado de trabalho formal deve ter em 2018 o primeiro saldo positivo após três anos, mas o resultado esperado não é motivo de comemoração, avaliam economistas. A estimativa do governo, de geração de cerca de 200 mil vagas, não representa nem 10% dos 2,9 milhões de empregos formais perdidos entre 2015 e 2017. **A5**

Trump inicia sanções contra o Irã



O governo americano implementou hoje a primeira fase de retomada das sanções econômicas contra o Irã, abandonadas em 2015 após assinatura do acordo nuclear. O bloqueio às exportações de petróleo do país está previsto para uma etapa seguinte, que deve entrar em vigor em novembro. "Ao aplicarmos a máxima pressão econômica... continuo aberto a um acordo mais amplo", disse o presidente Trump. **A9**

Litel tem derrota em disputa bilionária

A ministra Isabel Gallotti, do Superior Tribunal de Justiça, negou pedido da Litel — que retine os fundos de pensão estatais na Vale — para suspender execução superior a R\$ 4 bilhões em favor da Elétron, veículo do Opportunity na mineradora. Essa nova derrota da Litel, no entanto, ainda não encerra a disputa judicial. **B6**

Fusão de Praxair e Linde sob ameaça

Exigências de venda de ativos por parte das autoridades antitruste dos Estados Unidos poderão inviabilizar a megafusão entre a companhia de gás americana Praxair e sua concorrente alemã Linde, que juntas formariam a maior companhia de gases industriais do mundo, avaliada em US\$ 80 bilhões. **B6**

Piora dos ratings latino-americanos

A América Latina está na contramão do resto do mundo em termos de notas soberanas neste ano. Segundo o diretor-executivo e chefe global de ratings soberanos da Fitch, James McCormack, enquanto a tendência global é exibir um resultado líquido de elevações em 2018, na região "a situação continua se deteriorando". Como exemplo, McCormack citou o caso brasileiro. **C2**

Retomada no Tesouro Direto

Após dez meses, o Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos pela internet, voltou a ter fluxo positivo. Em junho (último dado disponível), a captação líquida foi de R\$ 188,9 milhões. A reversão pode representar o início de um movimento de retomada da aplicação, sustentado pelo ambiente de incertezas e pela alta dos juros pagos. **C8**

Licitação sem CND

O Superior Tribunal de Justiça entendeu que empresas submetidas a processo de recuperação judicial podem participar de licitações públicas desde que demonstrem, na fase de habilitação, ter viabilidade econômica. Para os ministros, não cabe a exclusão unicamente em virtude da não apresentação de certidão negativa de débitos tributários. **E1**

Ideias

Roberto Klabin e Felipe Dias

Sem vegetação natural não haverá água no Pantanal e, a longo prazo, tampouco atividade econômica. **A10**

Luiz Gonzaga Belluzzo

O pequeno fascismo desliza sorrateiro para a alma do indivíduo, ainda que simule defender a família, os costumes, a religião. **A11**

Indicadores

Ibovespa	6/ago/18	-0,47%	R\$ 75 bi
Selic (meta)	6/ago/18	6,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	6/ago/18	6,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	6/ago/18	3,7208/3,7214	
Dólar comercial (mercado)	6/ago/18	3,7321/3,7327	
Dólar turismo (mercado)	6/ago/18	3,6314/3,8825	
Euro comercial (BC)	6/ago/18	4,3020/4,3042	
Euro comercial (mercado)	6/ago/18	4,3118/4,3125	
Euro turismo (mercado)	6/ago/18	4,1896/4,4860	

ISSN 1517-9710



9 1771517 971008

Empresas já relatam ganhos com decisão sobre PIS/Cofins

Beatriz Olivon
De Brasília

Grandes empresas começam a registrar ganhos com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2017. Pão de Açúcar, Telefônica Brasil, Via Varejo e Hering têm, juntas, R\$ 2,8 bilhões em créditos, de acordo com os balanços do segundo trimestre.

Embora a decisão do STF ainda seja alvo de recurso da Fazenda, os valores já podem ser aproveitados, principalmente por contribuintes com processos definidos em seu favor pela Justiça.

O caso da Telefônica está entre os finalizados no STJ, o que impede a Fazenda de recorrer. Nas informações financeiras

do segundo trimestre, a empresa observa que o lucro líquido contábil de R\$ 3,16 bilhões foi influenciado por um efeito não recorrente — recebimento de R\$ 1,8 bilhão pelo direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e Cofins, que estava em julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

O Pão de Açúcar divulgou, no balanço do período, que vendeu a terceiros parte de seus créditos fiscais. Segundo o grupo, o ganho decorrente dessa alienação somou R\$ 50 milhões (R\$ 45 milhões sem os impostos). Como o STF ainda não encerrou o julgamento, alguma mudança na decisão ainda poderá ter reflexo em balanço futuro, relatou o Pão de Açúcar. O grupo informou também que não está prevista nova venda de créditos, mas que

"avalia oportunidades constantemente".

A Via Varejo decidiu esperar pelo julgamento dos embargos de declaração no STF, segundo informa em suas demonstrações do segundo trimestre. Mas acredita que a decisão não irá limitar seu direito. A companhia estima ter R\$ 944 milhões a receber, referentes a créditos de 2010 a fevereiro de 2017. O valor inclui atualização monetária e honorários a serem pagos a advogados.

No caso da Hering, a queda no lucro por causa do volume de vendas e redução na margem bruta foram parcialmente compensados pelo reconhecimento de R\$ 4,2 milhões referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. A Ambev também cita a questão no balanço, mas sem informar valores. **Página E1**

Receita da ECT cresce onde há concorrência

Daniel Rittner
De Brasília

As mesmas mudanças tecnológicas e de costumes que deixaram a troca de cartas à beira da extinção fazem o comércio eletrônico crescer geometricamente. Nesse cenário, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) acaba de dar uma guinada emblemática. Pela primeira vez, as receitas no segmento concorrencial superaram as monopolistas. Em julho, os serviços em que há concorrência privada (DHL, UPS etc.) renderam R\$ 770 milhões. São encomendas (Sedex e PAC), cargas expressas (e-commerce), malas diretas. Na contramão, as receitas com serviços de monopólio (cartas, malotes, contas de luz etc.) renderam R\$ 620 milhões. **Página B1**

Paz aumenta o desmatamento na Colômbia

Daniela Chiaretti
De Bogotá, Colômbia

O processo de paz colombiano teve forte impacto nas florestas do país. Os dados mais recentes indicam que o desmatamento está aumentando desde a assinatura dos acordos de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc, no fim de 2016. Na Amazônia colombiana, o desmatamento dobrou em 2017 em relação a 2016. É o pior resultado dos últimos seis anos.

Em 2016, o desmatamento já havia aumentado 40% em relação ao ano anterior. Foi assim também em outros países com florestas que viveram conflitos, como Nicarágua, República do Congo e El Salvador. As Farc ocupavam as matas para se esconder, e assim, indiretamente, as preservaram. As florestas ocupam 52% do território da Colômbia. **Página A12**

Voos internacionais



Enquanto sindicalistas temem a perda de empregos com o acordo entre Boeing e Embraer, fornecedores da empresa brasileira buscam certificação para atuar nos mercados aeroespacial e de defesa internacionais. "Temos que aproveitar essa oportunidade", diz Marco Antonio Raupp. **Página B4**

Calor europeu afeta produção da agricultura

Assis Moreira
De Genebra

A onda de calor e seca na Europa provoca situações inusitadas, como na Suíça, onde o Exército leva água de helicóptero a vacas que pastam nos Alpes e pescadores tentam salvar peixes que começam a morrer por causa da temperatura dos rios. Mas para além dessas medidas inusitadas, o fato é que o calor extremo em deixa rastros devastadores em vários países e o setor de agronegócios é um dos que mais têm sofrido.

No mercado de commodities agrícolas, o maior prejudicado tem sido o trigo. Na Rússia, que lidera a produção no continente e as exportações mundiais, a tonelada do cereal alcançou € 234 na sexta-feira, maior nível desde 2014. Depois da colheita recorde do ano passado, os russos preveem queda de 20% na produção em 2018, para 68,5 milhões de toneladas. A Alemanha tem perdas estimadas em 8 milhões de toneladas. **Página B12**

Eleições 2018



De São Paulo e do Rio

Em seu primeiro compromisso público como candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro (PSL), o general da reserva Antonio Hamilton Mourão (PRTB) afirmou ontem, durante evento da Câmara de Indústria e Comércio (CIC) de Caxias do Sul (RS), que o brasileiro herdou a "indolência" dos índios e a "malandragem" dos negros. Questionado por "O Globo", ele disse não ver racismo ou preconceito em suas opiniões.

O general afirmou, ainda, que o brasileiro tem tendência a querer privilégios — segundo ele, uma característica herdada dos povos ibéricos, referindo-se à colonização portuguesa. De acordo com Mourão, esses atributos dificultam que o país transforme seu "porte estratégico" em poder.

No Rio, Bolsonaro afirmou que, se for eleito, seu governo terá um "montão de ministro militar (sic)". **Página A7**

Haddad, uma costura trabalhosa no PT

Cristiane Agostine e Ricardo Mendonça
De São Paulo

O ex-prefeito Fernando Haddad foi escolhido para ser vice de Lula, na chapa do PT que disputará a eleição presidencial, por ser visto pelo ex-presidente como aquele que possui as melhores condições de expressar seu pensamento fora da prisão. Dentro do partido, a escolha exigiu

uma costura trabalhosa. A indicação sofreu resistência da direção do PT e das tendências mais à esquerda. Alegava-se ainda, contra Haddad, o receio de que seu nome fosse entendido como rendição ao "plano B" — a desistência da candidatura de Lula, que o partido sempre negou. Favorita dos grupos mais à esquerda, a presidente da sigla, senadora Gleisi Hoffmann, foi vetada por Lula. **Página A6**

Investimento vai crescer no máximo 4%

Sergio Lamucci
De São Paulo

O aumento das incertezas internas e externas nos últimos meses consolidou a avaliação de que o investimento terá uma alta moderada em 2018, na casa de 3,5% a 4%, contribuindo para que a economia tenha uma expansão modesta, de 1,5% ou menos. No começo do ano, havia expectativa de que o investimento, avaliado pela formação bruta de capital fixo (FBCF), poderia mostrar avanço de 6%, depois de quatro anos de retração.

O quadro piorou depois da greve dos caminhoneiros, que afetou fortemente a confiança dos empresários. Em um cenário marcado também pela indefinição quanto à eleição de outubro, a expectativa é que as companhias vão aguardar para investir mais. Para completar, a alta dos juros de prazos mais longos e a desvalorização expressiva do câmbio tendem a afetar as decisões de investimento, diz o economista Igor Veleccio, do Bradesco. **Página A5**

Valor 1000

ANUNCIE SUA MARCA ENTRE AS MAIORES EMPRESAS DO PAÍS

SP: 11 3767-7128 / 7447 / 7301 / 7491 | RJ: 21 2534-5500 / 4310 | DF: 61 3410-8993

FGV

Serasa Experian

Valor

Ambiente Sem as Farc e com a ausência do Estado, florestas ficam vulneráveis à apropriação ilegal de terras

Acordo de paz eleva desmate na Colômbia

Daniela Chiaretti
De Bogotá

O processo de paz colombiano teve forte impacto nas florestas do país. Os dados mais recentes indicam que a tendência do desmatamento na Colômbia está em alta, fenômeno que se verifica desde a assinatura dos acordos de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc, no fim de 2016. Na Amazônia colombiana, o desmatamento dobrou em 2017 em relação a 2016. É o pior desempenho dos últimos seis anos.

Em 2016, o desmate já havia dado um salto de 40% em relação a 2015. Foi assim em outros países com florestas e que viveram conflitos, como Nicarágua, República do Congo ou El Salvador. “Está comprovado que, depois de terminado o processo de paz, o desmatamento cresce”, diz uma fonte do governo, que prefere não se identificar.

As Farc ocupavam os bosques colombianos para se esconder, e

assim, indiretamente, os preservaram. “É preciso relativizar esta afirmação. As Farc usaram algumas áreas de floresta para se abrigar, é verdade, mas derrubaram outras para cultivos ilícitos”, continua.

As florestas ocupam mais da metade da Colômbia — 52% do território. Em 2017 foram ao chão quase 220 mil hectares de cobertura florestal, comparados aos 178,5 mil hectares de 2016. Foi um crescimento de 23%. Na Amazônia colombiana, o desmatamento foi de 70 mil hectares em 2016, mas dobrou no ano passado, chegando a mais de 144 mil hectares, segundo dados do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (Ideam), ligado ao Ministério de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Mads).

“O desmatamento acontece nos vazios de poder do território”, diz José Julián Gonzalez, técnico do Ideam. São os “baldios” colombianos, terras que não são propriedade privada e pertencem ao Estado, mas que não têm destino e são

ocupadas por quem chegar primeiro. É um processo parecido ao que acontece na Amazônia brasileira, nas terras públicas sem destinação — o Estado não indica se ali é unidade de conservação, terra indígena, território quilombola ou o que for, e a área se torna alvo para a ilegalidade e o desmatamento.

Na Colômbia os vetores do desmatamento são a apropriação ilegal de terra, a ampliação da fronteira agropecuária com a conversão de bosques em pastos, a proliferação dos cultivos ilícitos (indígenas usam folhas de coca em práticas tradicionais e medicinais, cultivo considerado lícito), a mineração ilegal de ouro e coltan, uma mistura dos minerais colombiana e tantalita, sendo que o tântalo, extraído da tantalita, é usado em eletrônicos como celulares. Há ainda os incêndios florestais e os planos de obras de infraestrutura.

“Até 2016 o governo tinha controle sobre metade do território nacional. Agora abriu-se a fronteira da outra metade que temos que

governar também, explorar, levar institucionalidade”, diz Gonzalez. “Temos que enfrentar os atores que se apropriam ilegalmente das terras livres. Para eles, as florestas são obstáculo. Só querem a terra.”

O acordo de paz com as Farc foi assinado em novembro de 2016, depois de 53 anos de conflito. Deixou 220 mil mortos e 60 mil desaparecidos nos choques entre forças do governo, traficantes, guerrilheiros e paramilitares.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, (Acnur), a Colômbia tem o maior número de deslocados internos do mundo. As estimativas são de 7,7 milhões de colombianos deslocados no período. A agência da ONU diz que, depois dos acordos de paz, algumas regiões do país estão sem proteção, o que explica o deslocamento de mais de 91 mil pessoas em 2017.

O tema é sensível para os colombianos, que preferem o termo “pós-acordo” para definir este período a “pós-conflito”, por-

que a violência continua. “Há uma mudança total na dinâmica de ocupação das florestas com a saída das Farc”, diz Adriana Lagos, coordenadora da Estratégia Integral de Controle do Desmatamento e gestão das florestas do Mads. “Chegam outros atores que querem ocupar a terra. O pós-acordo deixa a conservação de bosques na Colômbia em situação muito frágil.”

A gravidade do assunto foi tema de campanha dos dois candidatos à Presidência que chegaram ao segundo turno, tanto do conservador Iván Duque Márquez, que ganhou o pleito e assume hoje, como do esquerdista Gustavo Petro. Ambos prometiam ações para enfrentar e controlar o desmatamento.

Está em curso uma estratégia que foi amadurecida durante oito anos e lançada recentemente, chamada “Bosques Território de Vida”. O plano, que tem apoio de vários órgãos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e

o Banco Mundial, entre outros, procura frear a tendência de alta do desmatamento estimulando o ecoturismo, a pesquisa e a exploração econômica sustentável dos produtos da floresta.

Iván Duque irá nomear o geólogo Ricardo José Lozano como ministro de Meio Ambiente, um nome bem recebido por cientistas e ambientalistas. Ele é ex-diretor do Ideam.

Em junho os Estados Unidos divulgaram estatísticas apontando que a área de cultivo de cocaína aumentou 11% em 2017 na Colômbia, chegando a 209 mil hectares. A cifra fez o então presidente Santos anunciar o retorno da fumigação de plantações com agrotóxicos, mas usando drones e não aviões. A nova tecnologia seria mais precisa e menos danosa ao ambiente. Duque estaria inclinado a adotar o método. “Mas o protocolo diz que, se houver algum grupo indígena perto da área, ele terá que ser previamente consultado”, diz uma fonte do governo.

Comunidade cuida de floresta e vende crédito de carbono

Daniela Chiaretti
De Acandí, Colômbia

No humilde aeroporto de Acandí, no noroeste colombiano, há uma escultura grande de uma tartaruga-de-couro cinzenta. Do lado esquerdo, menos visível, está a ruína de um pequeno avião que foi usado pelo narcotráfico e alguém incendiou. Tartaruga e avião são metáforas concretas da aposta no futuro e do esforço para superar o passado que confrontam os habitantes da região mais pobre da Colômbia. É aqui que comunidades quilombolas se organizaram, monitoram matas e tartarugas, e protagonizam a primeira venda comunitária de créditos de carbono pela proteção de florestas do país.

São os afrodescendentes que vivem no corredor de biodiversidade Chocó-Darién, que começa no Panamá e avança pela costa do Pacífico da Colômbia. É conhecido como um polo de alta biodiversidade, por onde transitam onças e antas de Baird, além de espécies ameaçadas de fauna e flora. É um dos lugares onde mais chove no mundo.

As comunidades afrodescendentes colombianas, como se denominam, tem trajetória similar aos quilombolas brasileiros. São originárias dos processos de cimarronaje, a fuga de escravos de fazendas de cacau e outros cultivos, para espaços escondidos nas florestas. Em Acandí, nove comunidades afrodescendentes se organizaram no Cocomasur, a sigla para Consejo Comunitario de las Comunidades Negras de la Cuenca del Río Tolo y Zona Costera Sur.

Os turistas que desembarcam em Acandí são seduzidos pelo mar de sete cores do Caribe, pela natureza exuberante da região, pela possibilidade de ajudar tartaruguinhas recém-nascidas, e ameaçadas, a avançar na areia e sumir nas ondas. O turismo ecológico e social é a aposta do município que vive o cotidiano desigual dos pequenos agricultores e de grandes fazendas de gado.

Relâmpago é o nome do velho cavalo que puxa a carroça onde acomodam malas e turistas. No seu passo a sede do município fica a 15 minutos. São 3,5 quilômetros em estrada de terra. Na paisagem, pequenas pontes de madeira, ferros-velhos, mecânicas de motos e extensas pastagens. Ao lado de algumas “bodeguitas” fica a sede do Cocomasur.

O Estado colombiano regularizou há alguns anos a posse da terra aos coletivos quilombolas e terras indígenas. No caso de Cocomasur, a titulação aconteceu em 2005 e contemplou 13.500 hectares de floresta tropical. A pecuária é forte na região. Estima-se um rebanho de 47 mil cabeças.

O processo de derrubar floresta e abrir pastagens ameaça os bosques do Chocó e é ponto de conflito com as comunidades afrodescendentes, que dizem que o seu território original tinha uma área de 150 mil hectares. O processo corre na Justiça. “No GPS marcaram 13.500 hectares, mas nós sabemos que o nosso território é de 150 mil hectares. Por isso, tomamos conta de tudo, monitoramos tudo”, diz Everildys Córdoba, coordenadora do Cocomasur.

Da sede, em Acandí, até a comunidade de Peñaloza, às margens do rio Tolo, leva-se quase uma hora, no pau-de-arara local. Há pastagens nos dois lados da estrada. Os quilombolas dizem que aquilo tudo pertence a duas pessoas e é 1/4 da área do município. Não mencionam os proprietários.

Em Peñaloza vivem cerca de 400 pessoas. As casas coloridas, de madeira, ficam ao redor de um gramado e ladeando o rio Tolo. No centro está a escola, um galpão para festas e reuniões, a igreja. Os visitantes são recebidos com som de tambores e marimba. Servem majajú de plátano, uma espécie de ensopado de banana, ovo, queijo, cebola e alho. Entre a comunidade e o bosque há alguns quilômetros de pastagens.

Em 2010, Cocomasur começou o primeiro projeto de uma comunidade na Colômbia a vender créditos de carbono e receber para proteger a floresta. O mecanismo, definido nas reuniões climáticas internacionais das Nações Unidas é conhecido pela sigla Redd+, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação. Basicamente, trata-se de uma forma de remunerar quem preserva florestas em pé e não permite que se transformem em fonte de emissão de gases-estufa.

Foi o antropólogo Brodie Ferguson quem iniciou o processo com os quilombolas de Cocomasur. “Foi a primeira vez que ouvimos falar de Redd”, diz Everildys Córdoba. Ferguson fundou uma empresa, a Anthroctec, e com ela iniciou o processo. Técnicos do Jardim Botânico de Medellín treinaram os quilombolas a identificar e reconhecer as espécies florestais do bosque.

No site da Anthroctec, que foi parceira dos quilombolas na empreitada, lê-se que o projeto, que tem 30 anos de prazo, conseguiu reduzir 90 mil toneladas de CO₂ nos primeiros 18 meses. Seria o equivalente a retirar 25 mil carros das ruas. O coletivo vendeu, na primeira leva, 104.700 créditos a dez compradores. Eles não revelam a soma que receberam na operação. “Nosso primeiro benefício foi fortalecer a governança que temos sobre o território”, diz Aureliano Córdoba, liderança de Cocomasur.



Casas coloridas de Peñaloza e a cadela Mocha, que acompanha diariamente as equipes de monitoramento: o esforço impediu a fragmentação da floresta

Onde fica Acandí



O primeiro passo foi capacitar a comunidade a entender do que se tratava Redd. Era preciso desfazer ideias equivocadas, de que “iam vender o oxigênio das pessoas”, ou desmontar o discurso dos “cowboys do carbono”, de que iriam ganhar milhões de dólares”, diz Adriana Lagos, coordenadora da Estratégia Integral de Controle do Desmatamento e da Gestão das Florestas, do Ministério de Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável. “Era um tema muito polêmico no país. Os movimentos sociais o estigmatizavam, alguns satanizavam Redd por falta de informação”, continua. “A ideia é pagar quem preserva pelo seu trabalho e assim evitar o desmatamento.”

Seis jovens afrodescendentes monitoram a floresta todos os dias. Caminham 12 horas. Vão recolhendo dados sobre as espécies de fauna e flora que encontram e reportando eventuais focos de desmatamento. “Se antes o desmatamento aqui era de 100 hectares ao ano agora é, no máximo de 10 ou 20 hectares”, diz Eitel Enrique Córdoba Murillo, coordenador do monitoramento



Everildys Córdoba: os benefícios de Redd são o fortalecimento da comunidade

das florestas de Cocomasur. “Conseguimos evitar a fragmentação da floresta”, diz Ferney Cancedo, também de Peñaloza, e da equipe que realizou o inventário florestal da região, medindo e identificando mais de 3.000 árvores para estimar o estoque de carbono da floresta. O projeto estima quanto há de carbono em áreas [desmatadas] de pasto. Assim se contabilizam as reduções de emissão de gases-estufa que foram evitadas.

Cocomasur agora prepara nova venda, de 300 mil créditos. Neste esforço tem o apoio do programa ONU-Redd, formado há 10 anos para ajudar países em desenvolvimento a se capacitar para proteger as matas. O programa é um consórcio entre técnicos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Programa das Nações Unidas para o Desenvol-

vimento (Pnud) e da ONU Meio Ambiente (conhecida formalmente pela sigla Pnuma).

“Nossa estratégia é atuar junto ao setor privado e o financeiro. Muito do desmatamento é provocado pelo setor privado”, diz Juan José Fernando, do Programa ONU-Redd para a América Latina. O programa atua em 64 países procurando reduzir a emissão por desmatamento, aumentar as reservas florestais de carbono e promover a gestão sustentável dos bosques.

“É algo muito complexo que inicia com a capacitação e inclusão das comunidades, com o estabelecimento dos níveis de referência, com monitorar os hectares de floresta”, continua. “E entender que os bosques não são só carbono, que há muito além em termos de recursos naturais e benefícios”, diz Fernando.

A Colômbia tem uma estraté-

gia nacional de Redd+ desde 2017. A meta climática nacional, apresentada durante as negociações do Acordo de Paris, em 2015, é de cortar em 20% as emissões de gases-estufa em relação aos níveis de 2010.

Em Peñaloza, os quilombolas discutem o futuro enquanto comem arroz preparado com leite de coco e frango e bebem água com canela. Alguém atira um pedaço de comida a Mocha, a cadela magra que apareceu por ali, foi adotada por todos, e acompanha os jovens nas caminhadas para monitorar a floresta.

Os benefícios — ou não — do ecoturismo é ponto em debate. “Nossa grande ameaça é o modelo turístico que está sendo criado no país”, diz Everildys Córdoba. “O modelo coloca em risco a liderança comunitária. Se não estamos de acordo com algo, nos olham como opositores do desenvolvimento. Mas desenvolvimento para quem?” questiona ela. “Os pacotes turísticos não nos deixam nada, só lixo”, emenda Aureliano Córdoba.

À noite, na praia perto da sede do município de Acandí, um grupo de afrodescendentes monitora o nascimento de tartaruguinhas-de-couro. Na Páscoa são tantos os turistas na cidade que é preciso fazer controle de visitantes na praia. “Não podemos impedir que as pessoas venham e visitem os atrativos da região”, diz Everildys Córdoba. “Mas vivemos em um santuário de fauna e flora e temos que ter cuidado”, continua. “A ideia é que esta visita de turistas traga benefícios, e não que cause danos à nossa cultura”, segue a líder.

A jornalista viajou à Colômbia a convite da ONU-Redd